

INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES

Joel Victor Buaiga

UM OLHAR LITERÁRIO SOBRE A LIBERTAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU: A *ÚLTIMA*
***TRAGÉDIA* (1995) DE ABDULAI SILÁ**

REDENÇÃO - CE
2015

JOEL VICTOR BUAIGA

**UM OLHAR LITERARIO SOBRE A LIBERTAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU: A ÚLTIMA
TRAGÉDIA (1995) DE ABDULAI SILÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado à Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como
requisito à conclusão do curso de Bacharelado em
Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ordine

REDENÇÃO - CE

2015

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catálogo na fonte
Bibliotecário: Francisco das Chagas M. de Queiroz – CRB-3 / 1170

B98u Buaiga, Joel Victor.

Um olhar literário sobre a libertação da Guiné-Bissau: a última tragédia (1995) de Abdulai Silá.
/ Joel Victor Buaiga. Redenção, 2015.

30 f.; 30 cm.

Monografia do curso do Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidade e Letras da
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ordine.
Inclui Referências.

1. Literatura Africana. 2. Guiné Bissau. 3. Identidade. I. Título

CDD 960

JOEL VICTOR BUAIGA

**UM OLHAR LITERARIO SOBRE A LIBERTAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU: A
*ÚLTIMA TRAGÉDIA (1995) DE ABDULAI SILÁ***

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado à Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito à conclusão do
curso de Bacharelado em Humanidades.

Data de Defesa: 18 de Maio de 2015

Resultado: _____

Prof. Dr. Rodrigo Ordine – Orientador

Profa. Dra. Sebastião André – Banca examinador

Profa. Dra. Joelma Rodrigues da Silva – Banca examinadora

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, JOEL VICTOR BUAIGA, matriculado na UNILAB com o número 2013105685, graduando do Bacharelado em Humanidades, declaro publicamente ser autor da monografia intitulada **Um olhar literário sobre a libertação Guiné-Bissau: A última tragédia (2011) de Abdulai Silá**, e assumo a responsabilidade pela fidedignidade dos conteúdos apresentados, para os quais não existem restrições de divulgação e pela lisura com que foram por mim obtidos e empregados, sem qualquer violação de direito autoral.

Redenção (CE), Maio de 2015.

Assinatura

Dedico este meu trabalho primeiramente a Deus, por ter me dado muita força e coragem na concretização desse trabalho, à minha mãe Cristina Antônio da Silva, à minha namorada Marcela Matos, a toda minha família e, muito em especial, ao meu orientador Prof. Dr. Rodrigo Ordine, pela força, paciência, e orientação que me prestou durante o percurso dessa pesquisa.

AGRADECIMENTOS

De modo geral, agradeço a Deus todo poderoso pela força e pela coragem que tem me dado durante a minha presença na UNILAB.

Agradeço à minha mãe, que sempre lutou pela minha formação, proporcionando-me as condições possíveis para minha estada no Brasil.

Agradeço, ainda, ao meu querido orientador Rodrigo Ordine, pela força e motivação dedicadas à minha caminhada.

Por fim, agradeço a todos aqueles que me apoiaram direta ou indiretamente para a concretização desta pesquisa: muito obrigado!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a obra literária *A última tragédia* (2011), de Abdulai Silá, no que concerne à temática da guerra de libertação em Guiné-Bissau. Para tal fim, foi proposta, em complementação à problematização do olhar literário impresso na narrativa, uma breve análise do processo histórico da guerra de libertação guineense e do papel da literatura, como sistema cultural, simbólico e ideológico, nesse processo. Defende-se, portanto, que a produção literária guineense do século XX foi fundamental tanto para dar solidez às demandas presentes na guerra de libertação (funcionando simultaneamente como arma ideológica para a reconstrução de uma autoestima de guinendade e como ferramenta de fomento e divulgação de estratégias para se obter/desenvolver um pensamento crítico quanto à colonização) quanto para questionar os resultados obtidos após a guerra, com a independência. Dentro desse contexto, analisa-se, assim, o que propõe, literariamente, *A última tragédia*.

Palavras chaves: Guerra de Libertação, Guiné-Bissau, Literatura, Abdulai Silá, Memória.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	9
2. Capítulo I - O desencadeamento histórico da luta de libertação nacional.....	11
3. Capítulo II - Papel da literatura na guerra de libertação nacional.....	16
4. Capítulo III - <i>A última tragédia</i>: A obra e o seu contexto textual e extratextual	20
5. Considerações Finais.....	28
6. Referências bibliográficas.....	30

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se propõe à análise da obra literária *A última tragédia* (2011), do escritor Abdulai Silá, de Guiné-Bissau.

Esse romance é a primeira obra a integrar o que ficou denominado pelo senso comum de trilogia de Abdulai Silá. Escrito em 1984, e publicado somente em 1995 (um ano após *A eterna paixão* (1994), segundo livro da trilogia). *Mistida*, por sua vez, foi publicado em 1997, um ano antes do conflito que levaria à guerra civil de 1998-1999, fato que acrescentou certo estigma profético à obra.

A obra conta a história de três personagens: Ndani, o Régulo Bsum e o Professor. Ndani é uma adolescente de 13 anos, sobre quem paira uma maldição: sua vida seria, sempre, marcada por tragédias. O Régulo Bsum, líder de uma tabanca em Quinhamel, resolve promover resistência ao governo lusitano, se valendo, para tanto, de estratégias dos brancos. O Professor é um assimilado que se percebe num entrelugar identitário: ao se identificar com os negros, sofre as consequências por deixar o mundo dos brancos.

A última tragédia não é um romance testemunhal; as intempéries vividas e relatadas pelos três protagonistas são ficcionalizadas; relacionando-se ao processo colonial e ao discurso utilizado para manter o poderio lusitano em terras guineenses. A fim de exorcizar alguns dos traumas gerados pela colonização, a ficção de Abdulai problematiza momentos opressivos do outrora, sabendo, entretanto, que não pode reviver o passado, nem tampouco recriá-lo, a não ser alegoricamente. Portanto, às letras cabe a ficcionalização dos resquícios de memória que possuem, também, muito de imaginação e criação autoral.

Nesse sentido, a análise do romance aqui proposta terá como fio condutor a questão da guerra de libertação guineense e, para tanto, será necessário uma breve incursão no processo histórico dessa guerra e alguma discussão quanto ao papel da literatura para a construção de uma certa nação guineense, tanto no sentido macro (a literatura nacional), quanto no caso particular de *A última tragédia*.

Assim, no Capítulo I, apresento sinteticamente algumas considerações sobre a guerra de libertação em Guiné-Bissau. No Capítulo II, proponho avaliar o papel da literatura no processo de fermentação da guerra de libertação e, por fim, no Capítulo III, analiso o romance

de Silá acima citado.

Espero que esta pesquisa possa contribuir para diversas áreas do conhecimento e que possibilite uma reflexão quanto à formação histórica e literária da Guiné-Bissau.

2. CAPÍTULO 1

O DESENCADEAMENTO HISTÓRICO DA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

O processo de luta da libertação de Guiné Bissau, levada a cabo pelo PAIGC e pelo seu líder, Amílcar Lopes Cabral, tinha como objetivo aniquilar o imperialismo português em todas as suas bases na Guiné-Bissau. O sistema colonial português, a exemplo de regimes totalitaristas por toda a África, construiu uma rede de opressão ao povo guineense, favorecendo aqueles interessados em cargos políticos ou na obtenção de determinados papéis sociais, econômicos e culturais, como no caso da assimilação. A assimilação, que é a busca por uma nova identidade sócio-cultural portuguesa em detrimento da guineense, foi, talvez, o maior golpe ideológico que o sistema colonial perpetrou. Assim, a guerra de libertação na Guiné-Bissau tinha por principal objetivo desarticular as ações e práticas portuguesas que visavam a dominação do povo para a implantação efetiva do Estado português.

A guerra de libertação contou com dois movimentos diferenciados mas, complementares; Primeiro, havia uma organização política através de partidos, sendo o mais representativo na Guiné-Bissau o PAIGC – Partido Africano para a Libertação da Guiné e Cabo Verde, criado em 19 de setembro de 1956 por Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral, Júlio de Almeida, Fernando Fortes e Elisée Turpin. Essa organização política, entre outras ações, irá se configurar por uma resistência ideológica e também armada, O segundo movimento foi a cultura, em particular, a produção literária, que funcionou como vertente político-ideológica em prol de uma revalorização de uma identidade guineense, a busca pela guineidade e a mobilização através da palavra. Este segundo movimento será melhor visto no capítulo seguinte.

A luta do PAIGC recebeu diversos apoios. Entre os apoios recebidos no continente africano, também foram responsáveis por apoiar o movimento a antiga URSS, Cuba e China, países que viram uma oportunidade não só de acabar com o domínio português, mas também a possibilidade de fortalecer o movimento socialista em África. Os apoios se configuraram principalmente no treinamento e formação dos militantes do PAIGC, na perspectiva de reforçar a luta armada na busca da obtenção da independência nacional. Com esta independência, defendia-se uma política mais universal de direitos para os cidadãos guineenses. Como

exemplo, até a década de 1950 a população da Guiné-Bissau girava em torno de meio milhão de habitantes, mas somente cerca de 8.320 pessoas tinham os privilégios dos direitos políticos por meio da condição de “civilizado”. Entre esse pouco mais de oito mil habitantes, somente 1.478 era indivíduos autóctones, o que correspondia a 3% da população (DAVIDSON, 1980, p.10-11). O que se observa, então, é que o habitante europeu, mesmo sendo analfabeto, era considerado civilizado, enquanto que o negro, além da alfabetização, tinha que aprender a ser europeu, tendo a prática da religião católica como um requisito básico. O ser europeu ainda envolvia outras questões culturais de base europeia: a alimentação, a indumentária, a conversação e até mesmo a profissão. Formatava-se, assim, a assimilação: os que desejassem possuir algum direito político, deveriam abrir mão de sua cultura materna e absorver a europeia. A assimilação, contudo, não se dava de forma harmoniosa: frequentemente, negar sua própria cultura levava o indivíduo guineense a uma petrificação social, pois ele certamente nunca seria 100% europeu, mas também não seria mais autóctone, pois havia “optado” por outra cultura.

Para que a guerra de libertação fosse levada adiante, só um real líder, disposto a dar sua vida por seu país, poderia cumprir com tal dever. É importante que se conheça um pouco de sua história.

Amílcar Lopes Cabral nasceu em 12 de setembro de 1924 na Guiné-Bissau, na cidade de Batata. Amílcar tinha por pais Juvenal Cabral, que era cabo-verdiano, e Iva Pinhel, guineense. Com oito anos de idade, Amílcar foi com a sua família para Cabo Verde, em 1932. Nesse país completou o liceu, na cidade de Mindelo, em 1943. Em 1944, emprega-se na imprensa nacional na cidade de Praia. Um ano depois, conseguiu uma bolsa de estudos para Lisboa e ingressa no Instituto Superior de Agronomia. Em 1950, termina seus estudos e começa a trabalhar na Estação Agronômica de Santarém. Dois anos depois, regressa à sua pátria natal, contratado do Ministério do Ultramar como Adjunto de Serviços Agrícolas.

Iniciou o seu trabalho na granja de Pesubé, percorrendo grande parte do país durante o recenseamento agrícola de 1953. Tal evento propiciou que ele construísse um conhecimento profundo da realidade social reinante. Em 1955, ele foi obrigado a sair do país à ordem do governador para ir trabalhar em Angola, onde se liga ao MPLA (Movimento pela Libertação de Angola). A partir dessa ligação política, começa a ter noção do espírito nacionalista revolucionário propagado pelo MPLA.

No ano seguinte, Amílcar volta para Guiné-Bissau, onde funda, em 19 de outubro de 1956, com mais cinco companheiros, o PAIGC. Segundo Amílcar, “o primeiro objetivo (...) da nossa resistência e da nossa luta, é libertar a nossa terra economicamente, embora antes tenhamos que passar pela libertação política” (CABRAL, 1979 p.34).

De 1956 a 1959, o PAIGC atuava na cidade de Bissau de forma clandestina e pacífica. Mas essa pacificidade acabou quando o PAIGC organizou, em 3 agosto de 1959, junto dos trabalhadores do porto, uma greve ilegal reclamando melhores condições de trabalho e o aumento de salário. Por sua vez, o poder colonial respondeu com a repressão que culminou com a morte de 50 estivadores e grande número de feridos (DAVIDSON, 1980, p.10-11). A partir desse evento, o PAIGC foi obrigado a abandonar a cidade e os seus métodos pacíficos, concentrando-as nas matas do país. A partir dessa nova configuração, desenvolveu seu programa político e estabeleceu práticas de estratégia de libertação com a finalidade de promover a confiança das massas camponesas a fim de conquistar a independência e construir a nova nação, que mesclava, segundo a visão do partido, questões econômicas e políticas. No quesito economia, Amílcar defendia: “as pessoas não combatem por ideias, mas sim eles combatem por vantagens materiais para melhor e em paz viverem, para sentirem evoluir as suas condições de vida para assegurar o porvir das suas crianças” (CABRAL, 1979, p. 42).

Antes do início oficial da luta, o PAIGC, em 1961, começou suas ações não pacíficas: o grupo promoveu sabotagens e cortes no sistema de telecomunicações português, destruindo quase todo o sistema de comunicação das instalações coloniais (ROSA, 1993). Nesse mesmo ano, 963 jovens militantes do PAIGC, em sua maioria com a idade inferior a 25 anos, trabalharam intensamente e clandestinamente nas comunidades, sensibilizando a população a fim da adesão ao movimento libertador que os livraria do sistema colonial. Em 1962, Portugal revida duramente por meio de um assalto, capitaneado pela PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado), a uma instalação do PAIGC em Bissau (ROSA, 1993). Depois desses ataques, o PAIGC decidiu lançar a sua luta armada em 3 de janeiro de 1963 nas frentes prioritários do sul e do leste do país, iniciando com um número reduzido de grupos de guerrilhas nas diferentes regiões de matas de difícil penetração. Ao longo do ano, o número de integrantes foi aumentando, até que se formaram grandes unidades capazes de enfrentar combates. A população camponesa foi fundamental para o engrossar das fileiras de libertação, em particular

após os treinamentos recebidos pelos países aliados, o que possibilitou, por exemplo, que analfabetos fossem capazes de utilizar armas complexas como mísseis de longa alcance, fato que, normalmente, requiritava grande conhecimento de leis da física e de estratégia militar (*Ibidem*, p.13-14).

Com a coordenação de Amílcar e o desempenho de todas as regiões imbuídos na causa comum, o PAIGC conseguiu libertar uma primeira zona no país e ali aproveitaram para aplicar uma política de libertação nacional, expulsando todos os funcionários e comerciantes coloniais. Nesta mesma região, o partido aboliu todas as práticas de imposto e trabalhos forçados. O aspecto mais brilhante da atuação do PAIGC nesta região foi a instauração de um novo sistema comercial e a construção de escolas e postos de saúde, com o relevante apoio dos médicos cubanos. À medida que outras áreas eram libertadas, o PAIGC possibilitou a implantação de uma democracia, favorecendo que a população tivesse um papel muito importante na eleição dos comitês representativos que eram incumbidos das responsabilidades administrativas locais. Cabral resumira sua estratégia da seguinte forma:

Para dominar uma zona determinada, o inimigo é obrigado a dispersar as suas forças. Dispersando-as, ele enfraquece os seus dispositivos e nós podemos vencê-lo. Para proteger ele deve, portanto concentrar as suas forças, entretanto ao fazê-lo nos é possível ocupar as zonas inimigas liberadas e ali desenvolver um trabalho político com a natureza que conduz a impedir o seu retorno (CABRAL, p.14).

Durante os anos de guerra de libertação, a população foi, paulatinamente, envolvendo-se e fortalecendo o PAIGC, até que, em janeiro de 1973, Amílcar Cabral foi assassinado na república vizinha, Guiné Conakry. Embora tal fato tenha feito sofrer a muitos, a força colonial não conseguiu derrubar o movimento de conquista da libertação que já estava bastante estruturado, não mais dependendo exclusivamente da figura de Cabral. Novos líderes haviam surgido, em escala local, e estes, unindo-se, intensificaram ainda mais os ataques ao sistema colonial, culminando com a independência do país em 24 de setembro de 1973.

Após a morte de Amílcar Cabral e a proclamação da independência, o seu meio irmão, Luís Cabral, que na altura era Secretário Geral Adjunto do PAIGC, foi encarregado de ficar como o primeiro presidente da república da Guiné-Bissau depois de uma reunião da Assembleia

Nacional Popular em Medina de Boé, em 24 de setembro de 1973. Luís Cabral governou de 1973 a 1980, mas infelizmente a mudança que o povo esperava depois de onze anos de luta pela independência não foi exatamente aquela que o povo viu. Embora os argumentos para justificar esse juízo de valor sejam necessários, esta pesquisa opta por deixá-los para um momento futuro, quando poderá ser possível estudar com mais profundidade a Guiné-Bissau pós-colonial.

No próximo capítulo, proporei um panorama do segundo movimento fortalecedor da guerra de libertação na Guiné-Bissau: a literatura.

3. CAPÍTULO II

PAPEL DA LITERATURA NAS GUERRAS DE LIBERTAÇÃO

Parto do pressuposto que a literatura de qualquer país possui uma grande influência na consolidação e na viabilização de um Estado moderno. Tal pressuposto assenta-se ainda no século XIX, quando a literatura romântica foi influenciada e influenciou movimentos de independência nas colônias portuguesas, a exemplo do Brasil.

Através do texto literário, é possível observar os processos sócio-históricos duma nação tanto quanto trabalha como um fator denunciador e conscientizador da trajetória de qualquer nação. No que tange ao interesse deste trabalho, proponho que analisemos como a literatura – para além de cantar as maravilhas e as belezas naturais das nações – advoga um papel político, fortemente presente nas guerras de libertação por obtenção de independência. No caso da Guiné-Bissau, defendo que essa literatura, entendida como resistência, foi responsável por alertar os africanos quanto às mazelas impostas pelo jugo colonial. Também foi ela a responsável por quebrar ideologias europeias de dominação cultural e, conseqüentemente, a responsável pela reconstrução de uma identidade guineense, apagada pela colonização.

A literatura na Guiné-Bissau passa por um longo processo de transformação. Primeiro, entre o fim do século XIX e as primeiras duas décadas do século XX, a literatura alimenta-se, nessa fase colonial, de um tom romântico ufanista, cantando as belezas naturais do país e o passado de ouro de outrora. Embora de valor literário indiscutível, para fins dos objetivos desta pesquisa, não me deterei neste primeiro momento.

Interessa-me observar, com mais afinco, o que ocorre a partir de 1930, aproximadamente. Após o golpe político em Portugal, António Salazar toma o poder e também a responsabilidade por manter as colônias africanas atadas à Portugal. Concomitantemente, o sistema colonial possibilita, através das leis de assimilação, que muitos africanos pudessem estudar na metrópole, fato que proporcionou, a muitos guineenses, mas em muito maior número, a angolanos e moçambicanos, a instrução superior nas universidades portuguesa. Esse será o germen para a transformação de uma literatura ufanista na Guiné-Bissau, e ousar dizer na África portuguesa, numa literatura de forte cunho político, de resistência, aquela que será

companheira da luta armada na libertação da nação guineense.

A formação dos quadros africanos na Europa promoverá, a princípio, um fortalecimento da vontade de afirmação de suas identidades étnicas, em especial a partir da leitura das obras de Leopold Sédhogo, Aimé Césaire, Frantz Fanon, entre outros. Incentivados pelas leituras do movimento da Negritude, formava-se uma elite intelectual atenta à profunda desvalorização humana cultural que o colonialismo lhes tinha impingido. A Negritude formava-se, em suas bases, através do congregar de intelectuais africanos que viviam na França e da publicação das revistas *Legitime Defense* e *L'étudiant Noire* (M'BOUKOU, 1984). Tais publicações divulgavam o centro conceitual da Negritude: um movimento de revitalização das identidades culturais étnicas dos africanos, estevessem dentro ou fora da África. Tal revitalização contempla a reescrita de uma autoestima minada pelo sistema colonial. No caso da Guiné-Bissau (e certamente nas outras colônias), os adjetivos de cunho negativo empregados para designar os negros – preguiçoso, incivilizado, animalesco, feroz, inferior, incapaz, entre outros – começam a ruir sob a proposta de revitalização dos traços étnicos tradicionais, a força, a nobreza, a bondade e assim por diante.

O livro de poemas *Arquipélago*, de Jorge Barbosa, publicado em 1935, e o primeiro número da revista de arte e letras *Claridade*, publicada no ano seguinte, foram as primeiras manifestações duma consciência literária cultural nas ex-colônias portuguesas em África (DAVIDSON, 1980, p.63). Essas primeiras manifestações da conscientização literária pautaram-se em dois grupos de ideologias: um, fortemente desenvolvido nos intelectuais que fizeram sua formação acadêmica em Lisboa, que defendia uma conscientização quanto ao reconhecimento da debilidade vivencial dos negros numa sociedade de brancos. O segundo grupo ideológico, embora complementar ao primeiro, surge já em solo africano, quando intelectuais que voltaram a seus países de origem trouxeram consigo a certeza da incapacidade dos brancos de se afirmarem nas sociedades negras.

Além disso, essa segunda etapa da literatura geral das colônias de Língua Portuguesa em África, compartilhada pela Guiné-Bissau, carregou outra diferença interna: os intelectuais guineenses e cabo-verdianos formados na Lisboa se sentiam mais fortemente ligados às ideologias do Pan-africanismo e da Negritude, enquanto que os já retornados a Angola, inspiraram-se mais no Modernismo brasileiro e no Neo-Realismo português.

O pesquisador Manuel Ferreira (1977) resume as etapas processuais da tomada da consciência pelos escritores africanos da seguinte forma: numa primeira etapa, constata-se a absoluta alienação do escritor da cultura colonizada, que passa a representar a colônia como um ganho importante para as sociedades africanas. Numa segunda fase, o escritor ganha a percepção do cotidiano e das realidades impostas pelo colonizador, levando à terceira fase, quando o escritor começa a adquirir uma consciência nacional, isto é, ele ganha a consciência de se identificar como colonizado e começa criando mecanismos dialéticos para confrontar as repressões do jugo colonial. A quarta e última fase se dá quando o escritor se depara com a independência nacional. É a fase em que o escritor expressa a sua liberdade individual.

Por outras vias, Patrick Chabal (Apud ALMEIDA, 2009, p.53) aponta seu entendimento quanto às transformações da literatura africana entre os séculos XIX e XX. Ele defende que existe quatro aspectos presentes nas obras literárias africanas que acabam por se configurarem como fases. A primeira é, sem dúvida, a fase da assimilação. Quando os escritores africanos recebem a concessão para escrever do sistema colonial, o que se vê são obras que optam por imitar ou copiar as estratégias europeias, especificamente as do colonizador. A segunda fase é a fase que descreve a resistência do escritor, isto é, ele começa auto-responsabilizando-se como defensor da dignidade africana, quebrando todos os obstáculos que lhes impede de se igualar aos europeus e consciencializando-se definitivamente. A terceira é a fase em que o escritor africano se autoafirma. É a fase que se relaciona com a independência e procura a sua afirmação no intrínseco da sociedade, com o intuito de fazer um exorcismo do imperialismo. A quarta fase revela o aprimoramento das obras literárias, nas quais os escritores procuram delinear novos percursos para as suas obras literárias, conforme as realidades de cada país. Esta última fase é especialmente potente na Guiné-Bissau, pois a literatura que hoje impera no país está marcada pelo incentivo da tomada de consciência por parte da população juvenil do país.

Enfatizando também a grande influência ideológica que a negritude desempenhou na formação e na consolidação ideológica das elites em Lisboa, destacando a obra do senhor publicado em Paris nos anos de 1948, “*Anthologie de la nouvelle poesie nègre et malgache*” que tem influenciado muito para que as ideias do movimento negritude chegasse a Lisboa e contribuísse

na formação do pensamento do negro africano, que viria servir assim, de base para a contestação da opressão colonialista através da força da palavra.

Como se viu, os pesquisadores acima citados concordam na existência de uma fase de resistência da literatura africana e, assim, defende-se nesta pesquisa que essa fase foi fundamental para que a guerra de libertação recebesse um aporte intelectual-ideológico para que a luta armada se fortalecesse nos campos político e cultural. Dessa forma, proponho-me, para o próximo capítulo, analisar uma obra que demarca bem esse posicionamento.

4. CAPÍTULO III

A ÚLTIMA TRAGÉDIA: GUERRA DE LIBERTAÇÃO ONTEM E HOJE.

A última tragédia (2011) não é apenas um exemplo expressivo da ficção da Guiné Bissau, mas uma voz representativa da moderna literatura africana escrita em língua portuguesa. *A última tragédia* é um romance publicado na Guiné Bissau em 1995 e escrito em 1986 por Abdulai Silá. Nesse trabalho o autor procura trazer à tona a memória dos tempos coloniais, as tensões existentes entre uma ordem histórico-simbólica e política do negro africano e outra do branco ocidental, ou seja, o compartimento de dois mundos, o dos brancos e o dos negros africanos estimulados pelo processo da colonização. A narrativa é acompanhada de questões dramáticas como, por exemplo, o enfrentamento de raças, onde a raça branca tende a anular a raça negra; a recusa de espaços aos hábitos e valores ancestrais; o problema da posse da terra por parte do poder colonial e os processos de assimilação impostos aos endógenos como o único meio de sobrevivência.

A proposta de analisar essa obra precisa ser esclarecida. Defendi no capítulo anterior que a literatura de resistência nas colônias africanas de língua portuguesa foi fundamental para promover a conscientização do povo e a divulgação da possibilidade de uma nova ordem política, a independência, aliando-se, assim, à luta armada como mais uma ferramenta para a construção das nações africanas. Contudo, toquei pouco no caso guineense, fazendo uma leitura mais geral. Neste capítulo, proponho então centralizar meu argumento ao analisar como a obra *A última tragédia* delinea a guerra de libertação, e os contextos coloniais da guerra de libertação na Guiné-Bissau. Esclareço, também, que, muito embora a obra possa ser considerada pós-colonial por conta de sua data de publicação, entendo que, numa linha temática, a obra referencia a época da guerra de libertação, razão pela qual a análise para entender como a narrativa entende o que se passou na Guiné-Bissau do ponto de vista artístico-ideológico. Espero que fique nas entrelinhas uma crítica ao comportamento nocivo de normatização e/ou datação de produtos artísticos, tais como os literários.

A obra conta com três personagens principais: Ndani, uma adolescente de 13 anos que teve uma vida acompanhada de sucessivas tragédias, o régulo Bsum Nanki, líder de uma tabanca em Quinhamel que rejeita as ideologias coloniais e promove resistência ao poder

colonial português, e o professor, que é um assimilado que se identifica com a sua cultura e sofre as consequências por ignorar a cultura dos brancos.

A última tragédia (2011) se passa em parte na capital Bissau, onde o poder e a influência do invasor eram muito marcantes, mas também se desenrolou noutras localidades rurais do interior pertencentes ao mundo tradicional africano: Quinhamel e Biombo, que são pequenos povoados próximos a Bissau, e Catió, que está mais distante, concretamente no sul do país.

Esse livro apresenta um enredo que se desenrola em torno de Ndani: saída do interior em direção à capital, a personagem é marcada pela maldição de ser portadora da infelicidade. Na cidade grande, a jovem tem o destino de muitas mocinhas que se empregam como criadas: aprende bastante bem não só a língua estrangeira como os costumes civilizados, alfabetiza-se, é catequizada e batizada, e muda de nome por imposição da patroa: “a partir de hoje, tu és a Daniela e mais nada” (SILÁ, 2011, p.18). Nesse simples nomear, a patroa de Ndani mostra a sua superioridade e autoridade em relação à jovem, movimento que indica o início da perda de sua identidade africana em detrimento da cultura europeia (portuguesa). Um fato mais marcante representará o clímax da despersonalização de Ndani: violentada pelo patrão, Ndani agora já não é mais pessoa; é coisa que o branco usa e deixa de lado.

No caminhar da narrativa, a portadora da infelicidade, tornar-se-á, em sua tentativa de retorno às suas origens, a sexta mulher de um chefe tribal, o régulo Bsum Nanki. Esta personagem é imbuída da vontade de libertação de seu país e está constantemente preocupado com a condição do negro. Para ele, o fim da dominação dependia do próprio negro através da sua tomada de consciência, objetivo para o qual defendia a criação das escolas: “não é coisa de querer copiar os brancos é só uma questão de pensar o futuro, a escola é primeiro que tudo, um sítio onde as pessoas aprendem a pensar” (SILÁ, 2011, p. 81). O régulo mostra a sua indignação com relação ao branco com certa frequência: “o branco veio, tem que ir um dia, ainda há de aparecer um preto com coragem para pensar nisso. Um preto que vai descobrir todos os pontos fracos e pontos fortes dos brancos para depois combatê-los” (SILÁ, 2011, p.81-82). Ndani, sendo a sexta mulher, não conseguirá se sentir amada por Nanki, o que a leva, posteriormente, a se envolver com o professor de uma das escolas criadas por Nanki. Junto com seu amado professor, Ndani se muda para Catió, local onde a menina volta a se encontrar com a

infelicidade: depois de vários confrontos com o administrador local, que morre acidentalmente, o professor é preso equivocadamente e enviado para São Tomé, onde eram levados os presos coloniais. Ndani jaz tristemente sozinha em sua última tragédia.

A última tragédia (2011) espelha um olhar crítico sobre a vida da mulher africana durante a era colonial, exemplificada pelo percurso de vida de Ndani: a criada dependente dos padrões estrangeiros, a esposa em um casamento forçado, e felizmente a mulher livre e segura de si, que escolhe ela mesma seu companheiro, mas acaba enfrentando as convenções sociais por esse amor, que culminará em sua tragédia pessoal.

Esse romance também apresenta as distâncias entre o mundo do colonizado e o mundo do colonizador, e apresenta a vida de Ndani na capital cercada pelas tensões provocadas pela intervenção estrangeira como, por exemplo, os choques entre o administrador português do lugarejo e o chefe tradicional da tabanca com o seu apelo ao sagrado e ao mistério; a posição da mulher e a vida cotidiana nas aldeias antes da independência.

Assim, a narrativa aponta para os acontecimentos que marcaram a época colonial na Guiné-Bissau e que acompanharam todos os processos da colonização submetida pelos portugueses sob o signo da alegoria trágica, demarcada pelo percurso de Ndani e sua vida “estigmatizada pela maldição” (SILÁ, 2011, p. 10). Ndani representa também, a partir do início de seu caminhar de vida, um fato vivido com muito intensidade pela população guineense na época da colonização: a invasão do sistema colonial português no território endógeno justificado a partir de uma missão civilizadora que, como defendia Adriano Moreira, Ministro do Ultramar à época do governo salazarista, possuía uma função positiva: “o colonialismo missionário é uma missão universalista que, durante séculos o homem português tem levado a efeito e que jamais pode ser confundida com colonização” (ANDERSON, 1966, p. 80).

A história de Ndani, por outro lado, indica o que estava por trás de tão “abençoada” missão portuguesa: tratando os colonizados como escravos e quase humanos, o sistema português impunha-lhes situações bárbaras de vida, caracterizadas por ideologias construídas sob a égide do medo, de punições, e de opressões que, por muito tempo, impediu qualquer reação por parte da população. Restava a Ndani chorar por sua vida marcada pelas infelicidades, como se sua maldição não pudesse ser extinta. Uma das estratégias impostas por esses colonizadores é de lhes “quebrar a vontade, e coisificá-los, surrupiar-lhes a língua as crenças e

as tradições” (SILÁ, 2011, p. 11) e conseqüentemente implantando e embriagando o colonizado com a bebida da civilização: essa última tragédia também representa a guerra de libertação que mexeu simplesmente com todas as estruturas distintas do país. Começa a se delinear o que suponho ser o centro conceitual da narrativa de Silá. Marcadas por profundo sentimento pessimista quanto aos caminhos de sua nação, as vozes do romance apontam para os fracassos que a independência não pôde evitar, tamanho o comprometimento da nação após anos de colonização portuguesa.

O olhar crítico de Abdulai Silá em relação à guerra de libertação se pautará numa “decepção pelo insucesso da política depois da descolonização” (SILÁ, 2011, p. 8). Os sinceros desejos de crescimento e melhoria que foram promulgadas pelas ideologias da guerra de libertação, não atingiram, após a morte de Amílcar Cabral e a inépcia dos governantes seguintes, o status para o qual Silá acreditava que a guerra de libertação tinha sido erigida. Silá demonstrará, pelas vozes de *A última tragédia*, que somente estudando a história do país e compreendendo o que foi realmente a guerra de libertação e seus pontos positivos, é que a população guineense compreenderá as “origens e as causas dos males atuais” (SILÁ, 2011, p. 8) que efetivamente assolam o país.

Ainda no que se refere à guerra de libertação, a obra literária aponta-a como um fator que estimulou a união da massa populacional guineense que se encontrava sob opressão do jugo colonial, e que essa luta não só traria a independência territorial, mas simultaneamente a independência política e econômica, que conseqüentemente permitiria o país traçar o rumo ao desenvolvimento e conservando todos os valores culturais endógenas anexando-os com os novos valores modernos. De fato a grande esperança que as massas populares tinham antes de proclamação, isto quer dizer, no período colonial e depois da proclamação da independência é de ver a nação se progredindo em vias de desenvolvimento, mas, que infelizmente isso não correspondeu com a expectativa do povo, de modo que as suas esperanças foram assassinadas e os seus gritos foram acalantadas pelos detentores do poder local que conseqüentemente se formaram em pequenas elites burguesas coloniais: “Esperança de que a independência traria a transformação da retrógrada colônia em um estado que pretende ser moderno e busca o desenvolvimento salvaguardando os valores ancestrais e incorporando os novos” (*Ibidem*, p. 9).

A luta que teve grande êxito graças ao mito fundador presente na ideia da nação que é

a luta da libertação nacional, como nos revela *A última tragédia* (2011) de Abdulai Sila, levado ao cabo pelas massas populares guineenses com as suas diversidades étnicas e religiosas, que simplesmente se uniram para compartilhar uma causa justa e coletiva como testemunhou o Tony Tcheka “ninguém perguntou ninguém quem era / nem de onde vinha (TCHEKA, 1996, p. 97).

Neste momento e antes de prosseguir, torna-se necessário fazer um adendo. A obra de Silá aqui analisada aponta para um caminho duplo: primeiro, ela remete a um olhar pós-colonial, procurando entender, com as vantagens do distanciamento temporal, o que a guerra de libertação traria e o que a nação não trouxe. Segundo, e na minha aposta de quebra paradigmática, é ainda uma literatura de resistência, pois tematicamente aponta para as mesmas necessidades e com os mesmos objetivos das obras produzidas nas décadas de 1950 e 1960, em especial. Meu posicionamento ainda se baseia no que apresento em seguida, pelas palavras de Silá:

Relendo os autores guineenses pode-se verificar que se delineia com clareza toda uma trajetória da nação a partir primeiramente da encenação de um mito fundador onipresente na literatura de combate da década de setenta com manifestação de dor de repúdio ao colonialismo (SILÁ, 2011, p. 14).

Assim, o projeto literário de Silá parece comungar com os princípios defendidos pela literatura de resistência nos diversos países africanos de colonização portuguesa. Primeiramente, as obras de resistência, para pensarem a construção de uma nação, pensaram no fator identidade, tal qual a narrativa de *A última tragédia*. Tanto importante se torna a questão identitária, que a narrativa de Silá se deterá, pelas vozes das personagens, numa discussão fundamental: a busca por uma noção de guineidade, aquele sentimento de pertencimento que a ciência não possui maneiras de mensurar ou, em outras palavras, a parte “espiritual” que compõe o sentimento de pertencimento a uma nação. Por outro lado, a construção da nação não fica restrita somente as questões identitárias ligadas ao seu surgimento: é imperativo pensar na maneira como essa nação poderá caminhar para o futuro, promovendo a igualdade social, dando voz aos gritos dos desfavorecidos. A regra, de acordo com *A última tragédia*, é possibilitar “a desconstrução do discurso hegemônico acenando para uma nova narração da nação a partir da recuperação das margens, trazendo para centro a periferia dando a voz e ação aos

desprestigiados aos amordaçados pelo poder dominante” (SILÁ, 2011, p. 8).

Gostaria de refletir um pouco mais sobre questões ligadas à construção e à formação de uma identidade nacional e fazer um acréscimo no que tange a outros fatores ligados à questão identitária, como a relação entre memória, literatura e nação. Segundo Edward Said, há uma relevante ligação entre esses elementos funcionando de modo indissociável na consolidação da identidade cultural, uma vez que, segundo o autor, a cultura e suas estéticas derivam da experiência histórica (SAID, 1995, p. 23). Dessa forma, o pensador concorda com o que defende Stuart Hall que advoga que os modelos culturais de uma determinada nação têm uma forma singular de se manifestar através de processos históricos que vão se construindo durante os tempos, isto é, a formação e o pertencimento a uma cultura ou a uma identidade nacional, uma comunidade imaginada, conforme a teoria de Benedict Anderson (HALL, 2006, p. 51). Para Hall, essa relação entre arte e nação está ligada a uma memória coletiva e cultural de uma sociedade, sendo a literatura um elemento singular, já que pode ser “considerada como um veículo da memória coletiva” (HALL, 2006, p. 12). É também através da memória que é possível identificar um discurso de memória que atua na formalização da identidade coletiva. A memória e a literatura desempenham um papel significativo no pensar e na construção histórica de uma determinada nação, e são capazes de fundamentar e criar ideias nacionais. Como guineense, afirmo que todas as formas e características do jugo colonial português na Guiné-Bissau estão presentes na memória do povo guineense, e conseqüentemente aparecem expressivamente na obra de Silá e em outras obras de teor crítico e/ou de resistência.

Assim, na ideia de construção de qualquer que seja a nação, a literatura mostra seu papel preponderante, não só no que diz respeito às denúncias, mas também quanto à reflexão necessária sobre as arquiteturas sociais: “O fazer literário reforça a convicção de que é possível e mesmo desejável realizar a representação da comunidade imaginada que é a nação” (SILÁ, 2011, p.15). Nesse sentido, a obra de Abdulai Silá traça uma quadratura do círculo, imagem que crio para definir o que consiste na construção de um quadrado com a mesma área de um círculo, isto é, a construção de uma nação que saiba lidar com dois ou mais mundos culturais, unindo-os em suas igualdades e complementando-os em suas diferenças; absorvendo as práticas modernas sem abrir mão dos valores culturais ancestrais, como defendia a literatura de resistência das décadas de 1950 e 1960 na Guiné-Bissau e nos outros países de colonização

portuguesa.

Embora não faça parte dos objetivos desta pesquisa, gostaria de fazer um paralelo, de modo sucinto, entre *A última tragédia* e as outras duas obras de Silá que são denominadas por críticos como uma trilogia.

Enquanto *A última tragédia* advoga o sonho libertário com certo ar de utopia, *Eterna paixão* (1994) e *a Mistida* (1997) denotam o pós-colonial guineense margeado por distorções de valores quanto ao caminho a ser percorrido pela nação guineense, revelando o total desinteresse dos governantes em questões fundamentais para o desenvolvimento da nação: “Numa fase anterior dominava a dicotomia entre a África antes e depois do colonialismo, hoje a oposição faz-se entre a utopia e a distopia uma vez que o jugo dos governantes inescrupulosos depois da libertação não difere em muitos aspetos do jugo colonial” (AUGEL, 2007, p. 304). Nessas obras, nas quais reinam o individualismo e o separatismo, a corrupção toma conta do aparelho estatal: “Dizer claramente aos que andavam a arrastar a terra para a miséria que não foi para isso que tinham lutado tantos anos e feitos tantos sacrifícios” (AUGEL, 2007, p. 44). Depois da independência, a Guiné-Bissau tem vivido uma triste realidade, realidade essa que foi forjada por interesses pessoais de governantes catapultados ao poder e que consequentemente assassinaram os desejos e sonhos do povo guineense, como demonstram as narrativas que compõem a trilogia de Abdulai Silá.

Por fim, vale ressaltar que *A última tragédia* (1995) é uma obra que vem resgatando o valor e a memória de forma a arquitetar uma identidade cultural que, em nada, lembra um teor essencialista: articulando identidades culturais tradicionais que vão entrar em “convergência com a cultura do colonizador” (AUGEL, 2007, p. 308), formando assim o que defende Homi Bhaba (1998) através de seu conceito de “hibridismo cultural”. Resta afirmar que *A última tragédia*, complementada pelos outros romances da trilogia, são os pilares ideológicos para que se consiga formar uma nova Guiné: uma nação, e uma identidade nacional mais adequada ao que anseiam os indivíduos que uma vez, subalternos e minorias, recebem uma voz central e prioritária por meio dos narradores e personagens de Silá.

E, por fim, reafirma-se o peso da obra de Silá no que me propus a apresentar: sob o signo da reflexão e da conscientização, sua obra, mesmo que datada da década de 1980, irmana-se com as obras da literatura de resistência das décadas de 1950 e 1960 na África portuguesa,

formatando mais uma arma para a liberdade dos povos africanos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecer sobre uma determinada realidade de qualquer que seja o país é muito importante, visto que possibilitará a sua integração e a sua mobilidade dentro do contexto social e político, através dos conhecimentos históricos e culturais dessa nação.

Como vimos no Capítulo I, a guerra de libertação em Guiné Bissau, com início em janeiro de 1963, catalisou, pela reforma de uma autoestima identitária e de uma forma de pensar a construção de uma nação, um desejo de quebrar o sistema colonial português, sendo esse desejo representado pelo líder Amílcar Cabral. A libertação se deu com a independência nacional em 24 de setembro de 1973.

No Capítulo II, buscou-se complementar o entendimento sobre o movimento da luta de libertação guineense através do estudo do papel da literatura como arma ideológica que, primeiro, serviu à reconstrução de um senso de guineidade (levado a se perder durante a colonização) fundamental para a mobilização social e, segundo, funcionou como arma política, ao invés de palanques e comícios. Logo, é possível concluir que a literatura teve um papel definidor na consolidação dos ideais de libertação da Guiné Bissau tanto através da tomada de consciência por parte dos guineenses sobre a real situação a que estavam submetidos quanto com relação a fomentar um debate sobre que tipo de nação era desejada.

Cerzindo o que se propôs nos Capítulos I e II, o Capítulo III trouxe a análise da obra de Abdulai Silá, *A última tragédia* (2011), tendo como objetivo compreender como a narrativa composta por Silá debatia a guerra de libertação e os processos de construção de nação a partir da construção narrativa e da configuração das personagens. *A última tragédia* aglutina e referencia, em sua narrativa, diversas manifestações e formas de opressão, de submissão e de escravização perpetuados pelos colonialistas. Além disso, identifica e debate os choques culturais entre o mundo do branco e o do negro, preocupando-se em defender uma posição que demonstra uma cultura branca que pretende anular a negra.

Por fim, gostaria de pontuar que essa pesquisa foi motivada, e muito, por uma necessidade pessoal de entender a crise política e social que vive meu país e que, conforme informam as vozes de *A última tragédia*, vêm acompanhando a trajetória histórica da Guiné-Bissau. Através dessa pesquisa busquei encontrar o motivo principal do retrocesso nacional

guineense nos contextos de desenvolvimento social, político e territorial, levando em conta que os primeiros dois elementos, a meu ver e embasado pelo que aponta a narrativa de Silá, sempre se encontraram em crise na Guiné-Bissau: a colonização perpetuou um rastro de inversão de valores que foi absorvido por governantes inescrupulosos que, depois da independência, mostraram-se incapazes de levar avante os processos de desenvolvimento. Além disso, também como resquício de uma atitude colonial propagou um regime de silêncio, no qual comportamentos de intimidação calaram as vozes de uma população. Em acréscimo, agregou-se a esse sistema as piores condições de sobrevivência possíveis, em especial no que concerne questões de alimentação, moradia e segurança.

Em resumo: a história da Guiné Bissau vista empírica e literariamente, é condensada na trilogia de Silá, em especial em *A última tragédia*, obra que constantemente remete à “decepção pelo insucesso da política depois da descolonização” (SILÁ, 2011, p.8). Entretanto, para além de uma postura pessimista, acredito que somente conhecendo as mazelas de um povo é que é possível propor formas de neutralizá-las. Logo, sinto-me comprometido com o aprofundamento dessa pesquisa, procurando trazer mais informações a respeito dos processos históricos da Guiné-Bissau e, num futuro, propondo alternativas de novas construções identitárias que remetam à nação que sonho(amos).

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Dalva Pontes de; ALMEIDA, Raquel Pontes de; CAETANO, Marcelo Moraes. Considerações sobre as literaturas africanas de expressão portuguesa. São Gonçalo, RJ, *SOLETRAS*, Ano IX, Nº 17, jan./jun. 2009, 50-61.

ANDERSON, T. *Literatura, memória e nação na Guiné-Bissau*. Lisboa : Dom Quixote, 1966.

AUGEL, Moema Parente. *O desafio do escombros*. Rio de Janeiro : Garamond, 2007.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 1998

CABRAL, Amílcar. *Unidade e luta: discursos e escritos*. Trad. Leonardo Volga. Rio de Janeiro, Londres : Heinemann, 1979.

DAVIDSON, B. *O movimento da liberação nacional*. Lisboa : Routledge Internacional, 1980

FERREIRA, Manuel. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Vol. I Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Lisboa : Dom Quixote, 1977.

HALL, Stuart. *A identidade na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DPA, 2006

M'BOUKOU, J. P. *Introdução a estudo do romano negro-africano da língua francesa*. Problemas culturais e literários. Dacar/ Abidjan/Lomé : UIP, 1984.

ROSA, Luciano Caetano. *A literatura na Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro : Pallas, 1993.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILÁ, Abdulai. *A última tragédia*. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.

TCHEKA, Tony: *Os meninos da hora do pindjiquite e as mutações na poesia guineense*. Lisboa : Dom Quixote, 1997.